

PROGRAMA DE GOVERNO PARA O PARANÁ - PSOL 2019/22 VOTAR É SÓ O COMEÇO

Este programa de governo é a expressão de algo vivo, em movimento, construído a partir das demandas concretas apresentadas pelos movimentos sociais e da análise das políticas desenvolvidas pelos últimos ocupantes do Palácio do Iguazu.

Mais do que um programa de governo, este é um programa de ação, e continuará sendo utilizado para a militância cotidiana, independentemente do resultado eleitoral.

Nas próximas páginas, você verá a análise do PSOL sobre os principais pontos que interessam à população paranaense.

Temos certeza de que apenas o PSOL tem condições de cumprir um programa como este. Por quê? Porque as outras candidaturas são financiadas por banqueiros, pelo agronegócio e por empreiteiras, e depois sempre chega a hora de pagar a conta.

PARANÁ, UM ESTADO DESIGUAL E OLIGÁRQUICO

Nas propagandas oficiais e na ideologia construída pela elite local, vivemos em um estado branco, europeizado, sem desigualdades sociais e sem oligarquias. São mitos que atendem a interesses, mas que não têm a ver com a nossa realidade.

O PSOL entende que a sua primeira tarefa nesta eleição é desfazer tais mitos. O primeiro passo para resolver os problemas oriundos das desigualdades sociais é o reconhecimento de que eles existem.

Antes de portugueses e espanhóis chegarem ao território hoje denominado como Paraná, populações indígenas já estavam por aqui. Juntamente aos colonizadores, escravos oriundos do continente africano também vieram para cá. E somente no século XIX (por volta de 1850) é que chegam por aqui os imigrantes europeus. Nesta época, as cidades de Curitiba e Paranaguá já existiam e já eram centros comerciais.

Apesar de desconsideradas, as populações negras e indígenas estão na origem da formação do Paraná. Mas, diferentemente dos europeus, as populações negras e indígenas nunca usufruíram de benefícios e privilégios e sempre foram marginalizadas, tiveram suas terras roubadas e serviram como escravos.

Essa formação do estado baseada no fortalecimento de uma elite proprietária e exploradora está na origem das grandes desigualdades sociais que caracterizam nosso estado. A capital do Paraná, Curitiba, é a 17ª cidade mais desigual do mundo segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, o cinturão de cidades que está no entorno de Curitiba apresenta enormes disparidades de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto

Interno Bruto (PIB) per capita. Isso pode ser comprovado facilmente comparando, por exemplo, Araucária e Itaperuçu.

Mas, a desigualdade não está apenas na Região Metropolitana de Curitiba: em várias regiões do estado, como no centro do estado, bolsões de pobreza estão lado a lado com áreas chamadas de “modelo”.

Uma característica marcante da elite que comanda política e economicamente o Paraná desde a sua fundação, em 1853, é a sua manutenção e quase nenhuma renovação. Por duas vezes, durante o século XX, a mesma família ocupou os três principais postos de comando do Paraná: governador, presidente da Assembleia Legislativa e presidente do Tribunal de Justiça.

A política paranaense segue dominada pelas mesmas famílias que já estavam no poder no período pré-1964. Em janeiro de 1984, momento em que se realiza em Curitiba um dos primeiros comícios da campanha das Diretas, Álvaro Dias já era Senador, o pai de Gustavo Fruet era prefeito e o pai de Beto Richa era governador.

Outro exemplo desta manutenção de oligarquias foi a eleição para conselheiro do Tribunal de Contas em meados de 2013. Estavam na disputa os deputados Fabio Camargo e Plauto Miró. Ambos são de famílias muito tradicionais do estado e estão no “mundo político” desde a fundação do estado.

UM PROGRAMA DE SAÚDE, PARA EVITAR AS DOENÇAS

O sistema de saúde brasileiro foi construído a partir de muitas lutas sociais, especialmente nos anos 1980, a partir da mobilização de movimentos populares, sindicais, estudantis e setores da academia em favor do que ficou conhecido como reforma sanitária brasileira. Essa luta garantiu que a Constituição Federal de 1988 considerasse a saúde como um direito de todos, a ser garantido pelo Estado. Posteriormente, a Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) estruturou o Sistema Único de Saúde (SUS).

O movimento pela reforma sanitária combinou as reivindicações de gratuidade e universalidade do acesso à saúde, com demandas de gestão, como a descentralização e a hierarquização segundo diretrizes que definem as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios.

Primeiramente, é preciso localizar o PSOL na defesa do projeto histórico da reforma sanitária brasileira e do SUS. Somos parte daqueles que seguem lutando por um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e igualitário. Além disso, entendemos que a saúde tem relação direta com a classe social e as condições de vida de cada indivíduo. Ou seja, só é possível ter saúde com redução da jornada de trabalho, alimentação, saneamento básico, transporte de qualidade, educação e lazer.

É importante observar que o modelo atual de atendimento em saúde é demasiadamente focado no médico, nos hospitais e nos medicamentos. Esse

modelo, conhecido como biomédico, traz sérias limitações às condições de tratamento, além de individualizar problemas que são coletivos. Pior ainda, este modelo não está voltado para evitar as doenças, visto que lucra, e não é pouco, com elas. É um “modelo de doença” e não um modelo de saúde.

Desde a aprovação da lei do SUS nos anos 1990, sua implementação vem sendo feita de modo precário, de acordo com a ideologia do estado mínimo. Nos últimos anos, uma série de serviços públicos de saúde foram terceirizados e privatizados, das mais diversas maneiras e pelos mais diversos governos. Será nossa tarefa denunciar todas essas formas de privatização e terceirização: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas.

É segundo esses marcos gerais que o programa de saúde do PSOL no estado deve ser construído. É desta forma que vamos contribuir para o resgate das ideias da reforma sanitária e para o fortalecimento da luta por um sistema de saúde que atenda às necessidades da população.

Em nossa atuação diária temos tido como foco as reivindicações ao governo federal (especialmente por conta da luta dos hospitais universitários) e aos governos municipais (por conta da atenção primária).

Saúde do Trabalhador: atualmente, um grande número de trabalhadores tem adoecido, seja por razões físicas ou psíquicas. Isso ocorre porque passamos a maior parte de nossa vida no trabalho, ou indo e vindo, especialmente nos grandes centros urbanos.

O governo estadual pode ter uma política efetiva nesta questão. Primeiramente, é possível fortalecer o que a lei chama de CEREST (Centros de Referência Especializado em Saúde do Trabalhador), capacitando os trabalhadores da rede de saúde para as demandas oriundas da saúde do trabalhador. No Paraná, só há CEREST's na capital e em Londrina e mesmo a promessa da atual Secretaria de Saúde, de implementar 10 CEREST's, pode ser considerada insuficiente. É preciso expandir a implementação desses Centros, especialmente nas regiões com agroindústria (que, por sinal, é uma campeã em acidentes de trabalho).

A capacitação de trabalhadores da saúde em CEREST's é muito importante visto que a saúde do trabalhador é um espaço permanente de disputa e as grandes empresas fazem muita pressão para que determinadas doenças não sejam relacionadas com determinados tipos de trabalho, por exemplo. Há também um vazio na formação nas faculdades sobre o tema, o que exige uma capacitação extra.

Além do fortalecimento dos CEREST's, o governo estadual pode intermediar, junto a sindicatos e patrões, a proibição de determinados equipamentos que mutilam trabalhadores. A proibição de determinado equipamento é matéria de lei federal, mas o governo estadual pode atuar para garantir esta proibição nos acordos coletivos de trabalho.

O governo estadual pode também ter um papel ativo no combate à submissão de trabalhadores a condições análogas ao trabalho escravo e terceirização das relações de trabalho. Nos últimos anos, tem-se alargado o uso de trabalho escravo, inclusive em obras financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por, outro lado, a terceirização passa a ser utilizada pelas empresas como estratégia para reduzir custos, em especial, através de baixíssimos salários, altas jornadas e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. Entendemos que o governo do estado pode e deve auxiliar na fiscalização das relações de trabalho.

Política de medicamentos: um dos grandes nós do financiamento da saúde brasileira está na política de medicamentos. O SUS e a Constituição garantem o tratamento integral e a assistência farmacêutica está inserida nisso. Por outro lado, no Brasil não temos produção própria de medicamentos (salvo honrosas exceções), o que faz com que os governos estaduais tenham de arcar com a compra de medicamentos de grandes laboratórios, que muitas vezes chegam a cobrar mais de R\$10.000,00 por um único comprimido.

Para reverter esta situação, em médio e longo prazo, precisamos fortalecer uma rede de produção própria de medicamentos. **No Paraná, precisamos criar uma empresa pública de produção de medicamentos.** Outros estados brasileiros, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, já têm empresas como essas. A empresa paranaense de produção de medicamento terá como objetivo a pesquisa e a produção de medicamentos e novos tratamentos, fazendo com que o poder público dependa cada vez menos da poderosa indústria farmacêutica. Essa pauta é mais uma que só pode ser defendida pelo PSOL, visto que a indústria é uma poderosa financiadora das campanhas eleitorais.

Hospitais regionais: todos os dias, milhares de pessoas vão até Curitiba em busca de tratamento, em ônibus e vans que passam a noite em estradas esburacadas e perigosas.

Além da questão humanitária, este modelo dificulta os tratamentos e passa a gerar outros agravos à saúde. E, apesar de o SUS ter a hierarquização como diretriz, o que acontece atualmente é muito diferente, visto que a população é levada para a capital por conta de necessidades básicas de saúde.

A construção de hospitais regionais é a política certa para evitar a superlotação dos maiores hospitais, permitindo que estes se concentrem nos atendimentos de maior complexidade. Além disso, é uma medida que combate a compra de serviços da iniciativa privada (mecanismo que vem favorecendo as indústrias da saúde).

No Paraná, temos universidades estaduais com cursos de medicina interiorizados e isso garante a presença de hospitais de alta complexidade no interior. Mesmo assim, hospitais regionais de média complexidade continuam necessários e são parte da política de garantir o acesso à saúde próximo à

moradia do usuário, facilitando o vínculo e o tratamento e evitando o surgimento de outros problemas de saúde.

Escolas de Saúde Pública: no Paraná, o governo mantém a Escola de Saúde Pública (ESP), que visa capacitar os trabalhadores da saúde, com cursos de especialização, palestras, minicursos, etc. Mas, assim como em outros estados, a nossa ESP está sucateada e não tem os investimentos que necessita para funcionar plenamente.

O governo socialista do PSOL irá investir na formação de profissionais de saúde, garantindo um ensino de saúde diferente do que é feito nas faculdades e universidades brasileiras. Também irá investir em capacitações específicas em saúde da população LGBT, da população negra, da mulher, segmentos que são largamente negligenciados.

Saúde mental: o movimento pela reforma sanitária também lutou pelo fim dos manicômios, o que possibilitou a reforma psiquiátrica no País. Essa reforma fechou os manicômios, que tratavam as doenças mentais com internamento e métodos desumanos. Atualmente vemos com preocupação que está havendo um retrocesso, com internação compulsória através de comunidades terapêuticas, instituições privadas, geralmente ligadas a igrejas.

Apesar de a maior parte das medidas relativas a rede de saúde mental estarem vinculadas aos municípios, os governos estaduais têm financiado as comunidades terapêuticas e também recriado hospitais exclusivamente psiquiátricos.

No governo do PSOL, não haverá nenhum financiamento para comunidades terapêuticas e instalação de leitos psiquiátricos em hospitais gerais, para possibilitar o fortalecimento da rede substitutiva, evitando o isolamento dos pacientes que precisam deste tipo de tratamento.

Financiamento: a saúde pública precisa de financiamento adequado. Atualmente, boa parte do orçamento da saúde é sugado pela esfera privada, a partir da compra de serviços, procedimentos e medicamentos. Os pontos levantados anteriormente seguem a diretriz de que o dinheiro público deve ser investido na saúde pública.

A visão ampliada de saúde abriu espaço para que os mais diversos governos estaduais, como o do Paraná, nas gestões de Requião e Beto Richa, descumprissem o mínimo constitucional para a saúde pública (12% do orçamento no caso dos estados), gastando dinheiro da saúde na área de esportes, faculdades, saneamento etc. É claro que estas medidas ajudam na garantia da saúde mas, de acordo com essa lógica, tudo é saúde e, ao mesmo tempo, nada.

Também há governos que gastam dinheiro da saúde com servidores aposentados ou com estabelecimentos de saúde que não proporcionam acesso universal, como hospitais da polícia militar.

Defendemos uma política rígida em relação ao orçamento da saúde, sem desvio de recursos.

Sem privatizações e com concurso público: essas medidas elencadas acima só terão efetividade se forem realizadas a partir da contratação de profissionais por concurso público e com o esvaziamento da FUNEAS (uma Fundação Estatal de Direito Privado recém-aprovada). Também é preciso mudar a gestão do Centro Hospitalar da Reabilitação (CHR), trazendo ela de volta para o controle da Secretaria Estadual de Saúde e contratando os profissionais por concurso público, visto que atualmente o hospital é gerido pela APR (Associação Paranaense de Reabilitação), que frequentemente atrasa o salário dos trabalhadores.

CHEGA DE MEDO! QUEREMOS UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA!

1) Medidas desmilitarizantes:

A desmilitarização do aparato policial brasileiro vem sendo discutida desde 1985, quando se encerrou oficialmente o período de governos militares no Brasil. De lá pra cá, a permanência de uma polícia militar tem sido apontada como um dos elementos que mostram continuidade do período ditatorial para o período democrático.

Em todos esses anos, a desmilitarização foi lembrada nos chamados “momentos de crise”, a partir de algumas ações desastrosas das polícias. Passados esses momentos, a desmilitarização voltava a ser uma pauta pouco lembrada. Nas eleições, mesmo com o tema da segurança pública sendo sempre debatido, a desmilitarização passava longe do debate, com exceção de alguns poucos momentos (nos processos eleitorais, o que mais temos visto é a defesa da “não-militarização de guardas municipais”).

Mas os problemas advindos da militarização continuaram, não só nos momentos de crise. Os dados dos mapas da violência no Brasil mostram que temos uma das polícias que mais mata e morre no mundo e isso é amparado por uma legislação que privilegia a punição e não garante direitos.

Em 2013, esse assunto ganhou novamente bastante relevância a partir da atuação truculenta da PM nas manifestações que reuniram milhares de pessoas Brasil afora. E, diferente de outros momentos, o debate prosseguiu, com a criação de comitês em defesa da desmilitarização, com a apresentação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) no Congresso Nacional e com a incorporação desse tema por movimentos sociais.

Afinal, está cada vez mais claro que os fuzis das polícias perdem para os fuzis dos bandidos e que balas perdidas significam vidas perdidas, que é hora de atuar com mais inteligência e menos força e violência. Está também claro que a questão da segurança não deve ser tratada isoladamente, mas em conjunto com outras políticas, principalmente com políticas de educação, saúde e emprego. A incompetência e os desmandos levaram a segurança pública a uma situação calamitosa, em que a população está vivendo em risco e com

muito medo, e é inexplicável que os governantes insistam no erro, a exemplo da recente intervenção militar no Rio de Janeiro.

Apesar de a desmilitarização ser uma questão de competência federal, é possível que o estado, por controlar a polícia militar, adote “medidas desmilitarizantes”, que podem servir como uma transição para uma desmilitarização completa. Entendemos que essa transição pode começar com 5 pontos:

Novo código de ética para as polícias: atualmente, o que baliza a ação cotidiana dos policiais é o Regime Disciplinar do Exército (RDE), que permanece desde a época da ditadura de 1964. O RDE impõe uma “disciplina de guerra” e acaba por fazer a corporação enxergar a população como a “inimiga interna” a ser combatida e institui uma lógica de “guerra permanente”.

Há também interferência do RDE em situações que até parecem cômicas. Até recentemente, era proibido o uso de guarda-chuva para os militares usando farda, visto que o uniforme “resistia ao tempo”.

É possível construir um novo código de ética, que coloque a população como aquela que deve ser defendida pela polícia.

Separação entre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros: essa medida visa distinguir as ações da Polícia e do Corpo de Bombeiros, que hoje estão, na maioria dos estados, sob o mesmo comando. Isso faz com que os trabalhadores bombeiros tenham o mesmo regime disciplinar e hierárquico da PM. Se isso já é antiquado para a Polícia, imagine para os bombeiros.

Mas essa medida não pode significar o fortalecimento das castas superiores do Corpo de Bombeiros. Deve, portanto, ser combinada com uma democratização do órgão.

Regulamentação da jornada de trabalho: no Paraná, a média de jornada de trabalho é de 60h semanais para bombeiros e 50h semanais para policiais. Além da extensa jornada, não há garantia de horas-extras ou outros benefícios que o trabalhador comum recebe. O comando considera que esses trabalhadores estão “a disposição do estado” e por isso podem ser chamados ao serviço a qualquer momento.

É urgente que haja uma regulamentação das jornadas de trabalho, com a consequente diminuição das cargas horárias. Além disso, é preciso haver uma recomposição salarial, para que o “bico” não seja incentivado.

Em Minas Gerais, a jornada de trabalho foi regulamentada em 40h semanais e há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que prevê a jornada de 30h semanais, semelhante a dos profissionais de saúde.

Carreira única: hoje é possível entrar na área militar como praça (Cabo, Soldado ou Sargento) ou oficial (demais cargos, de maior patente) e não é possível, sem ser por um novo concurso, “subir” de praça para oficial.

Essa divisão serve para criar um regime de medo permanente dentro da corporação e uma casta de funcionários que acabam apenas por exercer “posições de comando” e serviços administrativos.

Controle externo e civil: sabe quem julga um policial quando este é acusado de cometer um abuso? Um superior da mesma corporação, a partir de procedimentos internos e nada transparentes. Além disso, os crimes cometidos por militares só podem ser julgados por Tribunais Militares.

Por conta disso, é urgente construir ouvidorias e mecanismos de controle externo e civil, similar ao que, depois de muitos e muitos anos, foi implementado, ainda que timidamente, no Poder Judiciário.

Um debate para além da disputa civis x militares: com esses pontos, acreditamos que seja possível mostrar que o debate da desmilitarização não pode ser, nunca, feito na perspectiva de uma disputa entre civis e militares. Há setores civis que se beneficiam com a desmilitarização, assim como militares. E há aqueles setores (os oficiais no âmbito dos militares e os poderosos no âmbito dos civis) que vão ser prejudicados. Para evitar essa falsa contradição, o papel de um partido como o PSOL é fundamental.

2) Sistema penitenciário:

O sistema penitenciário nacional sofre com uma crise enorme. Isso significa uma crise humanitária, em razão das condições subumanas a que são submetidas os presos e presas. As mazelas desse sistema falido se agravaram nos anos de governo petista. O número de presos subiu de 90 mil em 1990 para 730 mil em 2018. Estamos nos aproximando de um milhão de encarcerados. Obviamente, a estrutura necessária não acompanhou essa política repressora.

Não acreditamos que melhorar a estrutura do sistema carcerário seja a solução para todo esse problema. Mas, a situação é tão caótica e desumana que é necessário melhorar as estruturas das penitenciárias, o trabalho dos agentes e policiais. Isso é óbvio e sempre é prometido pelos governos burgueses, mas nunca é cumprido.

O neoliberalismo não anula o Estado, não anula o Direito; ele transfere o aparato gigantesco do Direito do Trabalho da social democracia para o aparato gigantesco (e grotesco) do Direito Penal, da criminalização da vida e da repressão violenta. Essa é a política no Brasil: guerra às drogas e repressão pesada aos crimes contra a propriedade, ou seja, criminalização da pobreza.

É possível traçar relações entre o cárcere e a produção, uma vez que essas pessoas presas consistem num exército de reserva, numa população alheia ao mercado de trabalho e pronta para precarização da vida.

Porém, o mais importante para a economia é que existe um grande “mercado ilegal”. Vários produtos são comercializados ilegalmente: drogas, armas, contrabando, falsificações etc. Uma população numerosa sobrevive por meio desse tipo de comércio, em vários setores, desde o camelô até o traficante de cocaína. Não existe política para essas pessoas a não ser a cadeia. Elas não têm direitos trabalhistas e nem proteção do Estado. As dívidas são pagas com a própria vida, execução sumária. O Estado ignora essas atividades e, quando convém, prende os envolvidos.

Mas não são todos os envolvidos que sofrem com esse encarceramento e repressão. Quem realmente lucra com essa atividade são peixes graúdos, inclusive do mercado financeiro. O HSBC, maior banco do mundo, foi multado em 2012 pelo governo dos EUA por financiar o cartel de drogas do México. A “guerra às drogas” é financiada pelo governo americano em todo o mundo, de modo que a redefinição dessa política é uma luta contra políticas capital-imperialistas.

Também é importante entender que muitos presos não foram condenados e que não estão em penitenciárias. Grande parte está em delegacias, são presos provisórios, que aguardam sentença, muitas vezes ficando mais tempo aguardando a sentença do que o tempo que pegariam com uma condenação. Essas delegacias são sempre espaços muito precários e superlotados. É por isso que mutirões da OAB sempre liberam um grande número de presos, essa política de encarceramento não tem nenhum controle.

A situação de barbárie foi assunto de debate intenso na sociedade após a divulgação dos acontecimentos no Presídio de Pedrinhas, no Maranhão, mas a história já se repetiu em vários outros lugares.

Paraná: a população carcerária do Paraná é a terceira maior do Brasil com 52 mil presos, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) . Por aqui, 75% dos detentos têm de 18 a 34 anos, 50% trabalhavam na construção civil ou prestação de serviços, 6,5% são analfabetos e apenas 0,57% têm o ensino superior completo.

Alimentação insuficiente, insalubridade, falta de atendimento médico, de espaço para dormir e de vestimentas adequadas para dias frios são alguns dos problemas. Em celas para quatro pessoas não raramente são amontoados 30 presos ou mais. A falta de espaço os obriga a fazer revezamento para dormir.

Para mudar isso, o primeiro passo é mudar o foco da segurança pública. A repressão e a punição são políticas falidas em termos de combate à violência, ressocialização e inclusão social dos presos e atingidos. Em primeiro lugar, a maior parte da violência ocorrida decorre da criminalização de condutas. No caso das drogas, principalmente. É a proibição que mata, seja por meio da violência policial, seja por meio da disputa do tráfico. Podemos perguntar: desde 1990 até agora prendemos 8 vezes mais. Nesse período, a violência diminuiu? Não, os números da violência cresceram, e muito. Ou seja, prender não resolve, agrava o problema.

O nosso foco na segurança deve ser proteger a vida como foco principal e não a propriedade.

Então, em primeiro lugar, devemos diminuir a população carcerária. Existem medidas técnicas dentro da administração penitenciária que podem alcançar uma redução. Porém, ela será inócua sem uma verdadeira política de governo. Além de diminuir a população carcerária, devemos investir em estruturas humanizadas de aplicação da pena, medidas alternativas à prisão, com vistas à medidas de real reintegração à sociedade.

É preciso garantir que presos provisórios não sejam encarcerados antes de julgamento, sem decisão judicial; proibir a superlotação, com liberação de presos caso não haja vagas; investir recursos em penitenciárias com tratamento humano e digno; incentivar a contratação de ex-presidiários em empresas; fortalecer e estruturar a defensoria pública; valorizar a profissão dos agentes penitenciários, com cursos obrigatórios de direitos humanos; acabar com a revista obrigatória nos presídios; garantir assistência social aos familiares de detentos; e trabalho digno na cadeia, com direito à salário mínimo para os detentos.

PELO FORTALECIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Criadas pela Constituição Federal de 1988, as defensorias públicas visam garantir orientação jurídica e defesa, em todos os graus, daqueles que não tem condições de pagar advogado.

Criada por lei apenas em 2011, a Defensoria Pública do Paraná foi a última do país a ser criada e está instalada em Curitiba e em outras 26 cidades do interior. Em Foz do Iguaçu, onde funciona desde o início de 2014, o órgão conta com apenas quatro servidores concursados. O ideal para o número de habitantes da comarca que inclui a vizinha Santa Terezinha de Itaipu, seria um mínimo de 15 defensores.

Em vários locais, a Defensoria não conta com estruturas de atendimento especializado de psicólogos e assistentes sociais e os defensores acabam encaminhando para as redes estadual e municipais já sobrecarregadas.

Defendemos o fortalecimento da Defensoria Pública, com autonomia financeira e nomeação dos aprovados em concurso público. A Defensoria Pública é a mínima garantia de proteção para a população mais necessitada, que tem mais direitos violados.

ACESSO A MORADIA

A atual organização das cidades espelha a divisão da sociedade em classes. Assim, as cidades apresentam uma zona central oposta a uma zona excluída, uma “periferia”. O processo de segregação sócio espacial urbano passa, necessariamente, pela crescente especulação imobiliária, pela hegemonia dos grandes conglomerados empresariais, formado predominantemente pelas

construtoras, que empenham todos os meios possíveis para manter seu poder político sobre as cidades.

A zona elitizada tem acesso a serviços públicos, limpeza, saneamento, transporte, é regularizada, fruto de loteamento e planejamento urbano (para o bem ou para o mal) etc. A zona excluída é fruto de ocupação irregular, permanece ainda meio sem regularização, não tem acesso efetivo a serviços públicos, mesmo os mais básicos, é muito distante das áreas centrais, não conta com transporte adequado etc.

Um dos símbolos da cidade excludente é a falta de moradias, que atinge milhões de pessoas em todo o Brasil. A política de moradia deve construir casas, mas não apenas. Deve também proporcionar regularização fundiária. Qualquer cidade brasileira tem dezenas ou centenas de áreas irregulares. Há diversas formas de regularização. Uma proposta é a criação de um órgão próprio com essa finalidade.

Também deve haver uma política consequente para o trágico problema dos imóveis vazios, valendo-se de mecanismos tributários, por exemplo.

Nesse ponto, precisamos: criação de um órgão público com poderes e recursos para executar programas de regularização fundiária; incentivar a aplicação de mecanismos tributários para combater os terrenos e imóveis vazios; aumento do repasse estadual para a construção de moradias (enquanto em São Paulo a CDHU repassa até R\$20.000,00/casa, aqui no Paraná a COHAPAR repassa até R\$3.000,00/casa).

EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, vivenciamos uma série de greves de trabalhadores da educação em todo o país. Na maior parte desses movimentos, os funcionários e professores estavam em luta por valorização profissional e melhores condições de trabalho. Em algumas delas, as faixas diziam: “em greve até que a educação seja prioridade”.

Entendemos que estes movimentos mostram como os governos têm feito discursos mentirosos acerca da educação. Em todas as eleições, a educação é prometida como uma prioridade do próximo governante mas as greves mostram que não é bem assim.

No Paraná, essas lutas também aconteceram: durante todo o mandato de Beto Richa, professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais estiveram mobilizados contra os cortes nos orçamentos dessas instituições; em 2013, apoiamos e participamos da luta de toda a comunidade universitária da Unespar pela autonomia universitária; em março de 2014, foi a vez dos professores e funcionários das escolas estaduais irem a luta por seus direitos.

Por mais incrível que possa parecer, a pauta dos movimentos grevistas em favor da educação pedem o que deveria ser o básico: cumprimento da Lei do

Piso, manutenção de verbas das universidades estaduais, melhoria de condições estruturais nas escolas e universidades.

Só com vontade política e maciços investimentos é que a educação poderá sair da situação de penúria que se encontra atualmente.

Durante décadas o ensino público foi objeto de mentiras e de desmandos dos governos e o resultado não poderia ser diferente: há meio século, frequentava escola privada quem não era afeito ao estudo. Quem queria estudar e não tinha medo dos exames ia para a escola pública. A situação inverteu-se completamente. Mas já faz tempo que a escola privada ostenta padrão superior ao da escola pública, que está completamente desmantelada. A situação é ainda pior porque a escola privada percebeu que não precisa ser muito melhor do que a escola pública e que, para ser ainda mais lucrativa, pode baixar salários e diminuir a sua qualidade. Resultado: todo o padrão de ensino no País vem caindo assustadoramente, comprometendo nosso futuro.

1) Ensino superior:

O Estado do Paraná mantém 7 universidades estaduais. Apesar de termos um bom número de instituições em comparação com outros estados, a situação de nossas universidades não é boa e há muito o que fazer para que elas cumpram seu papel de produção de conhecimento, garantindo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Orçamento: a verba que deveria ser destinada para as universidades estaduais tem sido cortada a cada ano, criando um ambiente de instabilidade e ameaçando diversos projetos de pesquisa e extensão. Entendemos também que o direito constitucional a “autonomia universitária” fica ameaçado quando não há orçamento garantido para estas instituições.

Neste cenário, propomos que o Poder Executivo estadual vincule uma parte da verba arrecadada com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para as universidades estaduais. Em São Paulo, essa foi uma das principais conquistas democráticas da Constituição Estadual de 1988 e é o que garante, até hoje, que USP, Unesp e Unicamp continuem sendo universidades de referência, mesmo após 24 anos de governos do PSDB.

Essa verba (o percentual a ser vinculado) deve ser discutida conjuntamente entre o governo e as comunidades universitárias, garantindo um processo democrático de discussão e construção.

Assistência estudantil: quando o governo estadual corta repasses financeiros, a primeira área que tem dificuldades orçamentárias é a assistência estudantil. Em 2014, a Secretaria Estadual de Ensino Superior, Ciência & Tecnologia cortou 32% das verbas para auxílio financeiro aos estudantes. Isso acontece porque não há um plano estadual que garanta essa assistência, restando a cargo de cada instituição destinar verbas para a construção e manutenção de moradias, restaurantes universitários, transporte, bolsas, entre outros mecanismos.

Entendemos que a assistência estudantil é fundamental para garantir o acesso e a permanência dos filhos da classe trabalhadora nas instituições públicas de ensino. É desta forma que poderemos garantir que nossas universidades estejam abertas aos que mais precisam.

Defendemos a construção de um “Plano Estadual de Assistência Estudantil”, com verbas destinadas e vinculadas a esse direito dos estudantes.

Autonomia universitária e democracia: uma educação transformadora só pode ser construída com autonomia e de maneira democrática. Infelizmente, temos visto o contrário aqui no Paraná: nos governos de Requião e Beto Richa, foram várias as universidades que sofreram com a intervenção direta do governador nas instituições: entre 2003 e 2010, tivemos duas eleições para diretor em faculdades em que o candidato mais votado foi vetado pelo governador; em 2013, a base parlamentar de Richa articulou a mudança do local da sede da Reitoria da Unespar, ferindo decisão unânime do Conselho Universitário da instituição.

Entendemos que nossa proposta orçamentária para as instituições é uma forma de garantir a autonomia para as universidades. Outra forma é o compromisso em aceitar todos os processos eleitorais das instituições enquanto a lei atual, que prevê uma “lista tríplice”, não for revogada.

Além disso, é preciso garantir que as universidades funcionem sob o regime tripartite, com paridade entre professores, funcionários e estudantes nos espaços colegiados de decisão.

2) Ensino Fundamental e Médio:

Será apresentado em documento anexo.

TRANSPORTE E MOBILIDADE

O transporte (ou a ausência dele) se tornou uma pauta política nacional em junho de 2013, quando mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas a partir da luta pela redução das tarifas de ônibus em todo o Brasil. Aquele momento mostrou a situação caótica em que se encontram a mobilidade nas cidades brasileiras, agravada pela quase total privatização deste que deveria ser um direito tal qual saúde e educação.

A partir das mobilizações de 2013, muitas medidas foram tomadas para tentar baratear as passagens e tarifas do transporte coletivo nas cidades. Mas a maior parte delas não alterou profundamente a situação, tendo se reduzido praticamente a reduções de impostos, sem mexer nos atuais contratos entre empresas e municípios e sem diminuir a (alta) lucratividade dos empresários.

Aqui no Paraná não foi diferente: o governo estadual tem colaborado com alguns municípios visando pequenas reduções tarifárias do transporte coletivo nestas cidades, sem alterar a questão de maneira mais profunda.

Defendemos que o governo estadual possa ajudar os municípios visando a redução da tarifa do transporte coletivo, mas **desde que as Prefeituras se comprometam a fazer auditorias e revisões nos atuais contratos** entre municípios e empresas, os quais são, em sua maior parte, feitos sem licitação ou com licitações duvidosas.

Outro ponto que merece atenção do governo estadual é o transporte entre municípios. Com exceção da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde é regulado pela URBS e pela COMEC (órgão do governo estadual responsável pela RMC), o transporte intermunicipal é todo privatizado e gerido por empresas.

Essa situação gera dificuldades cotidianas para amplas parcelas da população que dependem deste tipo de transporte diariamente e que enfrentam tarifas caras, conexões que poderiam ser desnecessárias e um transporte demorado. Os trajetos priorizados pelas empresas de ônibus também são entre cidades pequenas e cidades grandes, prejudicando aqueles que precisam ir de uma cidade pequena para outra de mesmo porte.

Outra característica do transporte intermunicipal é a oligopolização do setor, com as empresas maiores realizando fusões e compras de empresas menores. Um exemplo disso é a recente fusão entre a Expresso Nordeste, a Viação Garcia e a Brasil Sul.

Entendendo o transporte como um direito, propomos que o **governo do Estado construa uma empresa pública de transporte, com frota e recursos humanos próprios**, que teria como objetivo garantir o transporte intermunicipal no interior e no litoral do estado, observando este como um direito e não como apenas uma atividade lucrativa.

PEDÁGIOS NAS RODOVIAS ESTADUAIS

Os contratos de concessão expirarão em 2021, neste momento, será possível substituir o atual modelo de concessões privadas das rodovias paranaenses. Visando aumentar competitividade econômica do Paraná, baratear o transporte dentro do nosso estado, e garantir o direito a mobilidade da população, defende-se que não sejam renovadas as concessões privadas e que as rodovias paranaenses voltem a ser geridas pelo governo do Paraná.

REFORMA AGRÁRIA

O Brasil é marcado pela desigualdade na distribuição da terra. Desde sua colonização, instituiu-se um modelo desigual e concentrador de terras, que permanece até hoje.

A forma de enfrentar tal desigualdade é a reforma agrária, que prevê um modelo de distribuição das terras atualmente concentradas, garantindo uma mudança no modelo agrário brasileiro. O PSOL defende a realização de uma reforma agrária popular e agroecológica.

São benefícios deste modelo de reforma agrária: fortalecimento do desenvolvimento regional, evitando aglomeração urbanas; a diminuição do uso de agrotóxicos; a produção de alimentos para consumo interno e não para exportação; e a diminuição das desigualdades sociais.

No estado do Paraná, a formação fundiária não é diferente do cenário nacional e aqui também aconteceu uma série de conflitos pela terra, especialmente no século XX. Em vários governos, a distribuição de terra foi feita com motivações políticas, criando grandes detentores de terra em todo o Paraná.

Essa história não é nova e nem é exclusiva de nosso estado. O que também não é novo é uma situação em que boa parte das terras de grandes latifundiários não tem comprovação de compra e foram adquiridas de forma no mínimo duvidosa. Foi também por isso que aqui no Paraná vivemos os primeiros movimentos em favor da reforma agrária após o fim da ditadura militar, com destaque para a fundação do MST na cidade de Cascavel, em 1984.

O governo estadual pode tomar uma série de medidas em favor da reforma agrária. Primeiramente, é preciso garantir estrutura para os assentamentos existentes, com garantia de acesso por estradas, escolas, acesso a saúde, crédito, entre outros direitos. Além disso, é possível rever concessões de títulos de posse feitas de maneira ilegal, destinando estas terras para a realização da reforma agrária.

MEIO-AMBIENTE

O PSOL tem em seu programa partidário a defesa do meio-ambiente enquanto um direito de todos e todas. Compreendemos que as catástrofes ambientais são causadas pela ação do homem e atingem de maneira diferente as distintas classes da sociedade: quem sofre mais com estas tragédias são os trabalhadores e o povo pobre.

Nos últimos anos, cresceu pelo Brasil e pelo mundo a ideia de que o meio-ambiente preservado também pode ser uma mercadoria geradora de lucratividade para grandes grupos empresariais. Para nós, a questão ambiental deve ser tratada como um direito e não como uma mercadoria.

Defendemos que as ações relativas ao meio-ambiente devem perpassar todas as ações do governo. Não adianta, por exemplo, termos uma Secretaria Estadual do Meio-Ambiente bem equipada e estruturada (diferente do que é hoje) e termos as empresas públicas e sociedades de economia mista agindo contra o meio-ambiente, com ações poluidoras.

TV PÚBLICA

Como alternativa aos grandes meios privados de comunicação, foi construída, no Brasil e no mundo, a ideia de que é possível haver canais de TV públicos,

mantidos pelo Estado, que teriam sua programação voltada ao interesse coletivo e educativo, fugindo da lógica majoritária dos canais de TV privados.

Esse projeto sempre esteve em “corda-bamba”, visto que a defesa de uma TV pública não se confunde com a defesa de um mecanismo de propaganda governamental. Por isso, sempre foi reivindicado uma TV pública e não apenas estatal. Para tal, era preciso que estas tivessem controle social e mecanismos para garantir a autonomia dos seus profissionais.

Esse projeto, de construção de TVs públicas e com controle social, ainda está engatinhando no Brasil. Na UFPR, por exemplo, a TV UFPR teve alguns avanços, deixando de ser diretamente a “TV da Retórica”. Mesmo assim, esta ainda não possui um conselho editorial.

A ideia de TV pública andou para trás no Paraná nos últimos governos. No atual, houve a transformação da Rádio e Televisão Educativa (RTVE) do Paraná num “Serviço Social Autônomo”.

Neste novo modelo de gestão, não são mais necessários a realização de concursos públicos para a contratação de profissionais, fazendo com que estes sejam trocados a cada governo, permitindo que a TV pública, paga com impostos de todos, seja na verdade um canal de propaganda do governo.

Esse processo de desmonte do caráter público, cultural e educativo da RTVE não se expressou apenas na mudança do modelo de gestão, visto que Beto Richa já havia transferido a responsabilidade pelo canal da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Comunicação Social.

O projeto de Richa também evidencia que o governo anterior, de Requião (PMDB), que tanto criticou a grande mídia e disse ter investido na RTVE, não fez um trabalho de longo prazo. Se o governo de Requião tivesse realizado concursos públicos, o projeto de Richa teria menos chances de dar certo. O que fica claro é que o projeto de Requião não era termos uma TV pública e sim apenas uma TV de governo. De diferentes formas, os projetos se aproximam.

Defendemos mais investimento, concursos públicos, acabando com os sub-contratos atualmente existentes. Além disso, vamos implementar um Conselho Editorial com participação popular, para garantir o caráter público da TV, evitando o aparelhamento governamental.

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Diferentes de outros estados, o Paraná ainda tem uma série de empresas públicas (ou sociedades de economia mista), com destaque para a SANEPAR e a COPEL. Por força do movimento social, passamos nos anos 1990 por uma grande resistência popular, que evitou a privatização dessas empresas, especialmente da Copel.

Além da Copel (Companhia Paranaense de Energia) e da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), são empresas públicas (ou sociedades de economia mista) do Paraná: CLASPAR (Empresa Paranaense de Classificação de Produtos), TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná), Agência de Fomento do Paraná S/A, Ambiental Paraná Florestas S/A, BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A), CEASA/PR (Centrais de Abastecimento do Paraná S/A), Centro de Convenções de Curitiba S/A, CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná S/A), COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná), COMPAGÁS (Companhia Paranaense de Gás), FERROESTE (Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A) e MINEROPAR (Minerais do Paraná S/A).

Mas é preciso ir além apenas da não privatização formal dessas empresas. O governo estadual precisa garantir que as ações dessas empresas estejam subordinadas aos interesses da maior parte da população, diferentemente do que acontece hoje (a recente “liberação de comporta” por parte da Copel é um bom exemplo disso).

Essas empresas também precisam atuar de forma a se contrapor aos grandes interesses privados de seus setores. Na área de informática, por exemplo, é preciso que a Celepar invista em software livre, libertando-se do monopólio da Microsoft. Na Copel, é preciso que esta esteja na linha de frente da pesquisa de energias limpas. A Sanepar precisa garantir o acesso de saneamento básico e tratamento de esgoto a todos e todas.

No caso da Copel e da Sanepar, é preciso reequipar estas empresas, garantindo concurso público com o objetivo de zerar o processo crescente de terceirização de funções.

POLÍTICAS PARA INDÍGENAS

Mesmo que a história oficial omita que o processo de colonização do oeste do Paraná deu-se a partir do derramamento de sangue indígena, este fato concreto ocorreu desde o momento das reduções jesuíticas, e se intensificou nas fases posteriores.

Para além da história que não nos é contada, somente nos últimos dez anos ocorreram 560 assassinatos e 206 casos de suicídio de indígenas no Brasil (dados do Conselho Indigenista Missionário- CIMI). Apesar dos índices serem alarmantes, estes dados refletem apenas parte da triste realidade vivenciada cotidianamente pelos povos indígenas na sua luta pelas condições de sobrevivência.

Atualmente, a maior reivindicação nacional dos povos indígenas é a demarcação das terras tradicionais, sendo que para estes povos o território assume uma conotação cosmológica, que garante tanto a reprodução material, bem como a simbólica. Ou seja, não existe cultura e vida indígena sem a garantia da territorialidade.

Porém, isso tem sido dificultado principalmente pelo projeto agroexportador, que incentiva a produção desenfreada em busca de lucro, tratando a terra como um mero negócio, sem se preocupar com a natureza e com os povos que dependem dela para coexistir.

Para piorar, o governo federal, comandado pela então ministra Gleisi Hoffmann (PT), suspendeu o processo de demarcação de terras e desenvolve uma política de enfraquecimento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), além de buscar fortalecer as posições de órgãos claramente comprometidos com o agronegócio e os ruralistas.

Na região Oeste do Paraná tem sido realizada uma campanha de disseminação de ódio e mobilização contrária aos povos indígenas, incentivada pelos defensores das oligarquias locais e as organizações ruralistas. Inclusive boa parte dos deputados da região já se colocaram contrários à demarcação de terras.

Como resultado desses conflitos e a perda de territórios, a taxa de suicídio entre os guaranis é 34 vezes maior que a média nacional. E na região oeste do Paraná isso é acompanhado pelos casos de suicídio ocorridos em Guaíra.

É inadmissível que a propaganda oficial afirme que não há indígenas no Paraná ou que estes povos nunca habitaram as terras que hoje são conhecidas como Paraná. Precisamos resgatar esta história, respeitando os povos indígenas e garantindo seus direitos.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Tudo isso só é possível implementando uma gestão de governo que seja democrática. É fundamental que o princípio das ações seja a participação popular, garantindo um papel ativo da população.

Nos últimos 30 anos, no período após o fim da ditadura civil-militar, vivemos algumas experiências de democratização da gestão pública, mas que foram muito limitadas. Atualmente, há uma série de “conselhos gestores”, mas que são em sua maioria “consultivos”. Defendemos que sejam construídos “conselhos deliberativos”, sendo sua maioria composta por usuários dos serviços públicos e dos segmentos em debate. Além disso, os conselhos devem ter o poder de deliberar sobre o orçamento e não somente sobre uma pequena parcela dele.

É desta forma que poderemos construir um governo democrático, que vá além da democracia representativa atual, que sabemos ser bastante distorcida, devido ao peso do poder econômico nas eleições.

Nos espelhamos na exitosa experiência da prefeitura do PSOL de Itaocara/RJ, onde o prefeito Gelsimar Gonzaga escolheu o Secretário de Educação a partir de uma assembleia com professores e funcionários da área e que faz prestação de contas de seu mandato em praça pública.

Seguindo a tradição programática de nosso partido e coerente com nossa atuação política no parlamento e fora dele, ainda apresentaremos um documento anexo contendo propostas e análises para os seguintes temas: “políticas para as mulheres”, “políticas para quilombolas e povos tradicionais”, “políticas de combate ao racismo”, “políticas LGBT” e “cultura”. Além disso, os pontos já colocados aqui serão complementados.

POLÍTICA DE EMPREGO

A política de estímulo ao emprego está baseada na distribuição de renda, direcionamento dos gastos públicos para pequenas empresas e cooperativas paranaenses, e fomento às atividades econômicas que empregam grande número de trabalhadores. Políticas de distribuição de renda geram crescimento econômico na medida em que as pessoas de baixa renda gastam tudo o que recebem, enquanto as pessoas ricas não gastam toda a sua renda. Uma forma de aumentar arrecadação governamental sem prejuízo ao crescimento é o aumento da alíquota do imposto sobre heranças sobre as faixas mais elevadas de herança, sem alterar as alíquotas das heranças dos trabalhadores. Esta medida, além de não reduzir a demanda efetiva, promove distribuição de renda ao longo prazo e promove crescimento de longo prazo. Quando o governo realiza seus gastos privilegiando a contratação de serviços e compra de mercadorias de empresas de pequeno e médio porte paranaenses, há estímulo ao emprego por duas vias: primeiro, há estímulo à produção paranaense e o dinheiro se mantém no Paraná. Segundo, empresas de pequeno e médio porte, em geral, por serem menos mecanizadas, contrataram mais trabalhadores. O fomento às atividades econômicas que contratam grande número de trabalhadores inclui não apenas as políticas já realizadas por outros governos de estímulo ao empreendedorismo, mas se focarão no estímulo à agricultura familiar.